

AS TAREFAS TEÓRICAS DA HISTÓRIA: APONTAMENTOS DE UMA HERMENÊUTICA HISTÓRICA EM TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL (1949)

Cesar Leonardo Van Kan Saad¹

Resumo: *Este trabalho tem como foco investigativo o conceito de “teoria da história”, que sustenta e é sustentado por José Honório Rodrigues na escrita de sua Teoria da História do Brasil, publicada em 1949. Investigar o conceito de “teoria da história” por meio da escrita de Rodrigues abre perspectivas interpretativas para se compreender a historicidade da constituição da história como disciplina no Brasil. Através disso, a escrita de Teoria da História do Brasil possibilita entender que a definição de “teoria da história” inscreve uma delimitação do ser historiador, ou seja, sanciona uma identidade historiadora. Logo, José Honório, por meio de Teoria da História do Brasil, oferece ao leitor de sua época uma narrativa que instrumentaliza os pressupostos práticos, teóricos e narrativos da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, essa comunicação objetiva compreender os traços teóricos e as legitimações epistemológicas da noção de teoria da história em Teoria da História do Brasil, e da concepção de conhecimento histórico reivindicado por meio dessa mesma definição.*

Palavras-chave: *Teoria da História; História da Historiografia; José Honório Rodrigues.*

O texto permanece, a teoria passa; o texto é revisto e interrogado e segundo os novos ideais. Daí o fincapé que o historiador faz no respeito e tratamento do texto, que é o único permanente na mudança contínua. A variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis dois pólos do trabalho histórico. Mas, para distinguir as sombras e obscuridades as teorias são indispensáveis. (RODRIGUES, 1949, p. 254)

1.

Maio de 1968. José Honório Rodrigues subia as escadas do novo edifício do Departamento de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Algo chamara a sua atenção. Eram dois cartazes estudantis, um do lado esquerdo e o outro do direito, da entrada do prédio. Esboçavam as seguintes perguntas: “Qual a finalidade da História?” e “Futuro historiador, o que você procura aqui?”, as quais levariam o então historiador carioca a refletir.

A primeira questão, julgada de caráter filosófico por Rodrigues, revelava uma insatisfação com todo o sistema de ensino de História, quicá com o sistema universitário, ou até mesmo com o Brasil, de uma forma geral, pois era o auge da ditadura, ano que ficaria conhecido como sem fim: “Lembrei-me de Herder, que escreveu na sua *Uma outra filosofia da História*: ninguém poderá convencer-me de que existe no Reino de Deus algo que seja somente meio; tudo é, ao mesmo tempo, meio e fim” (RODRIGUES, 1978, p.431). José Honório também lembraria de Marc Bloch, “o grande historiador fuzilado pelos nazistas” (RODRIGUES, 1978,

¹ Doutorando em História – UFMG. E-mail: cesar_van_kansaad@hotmail.com

p.431), dispondo da frase que abre *Apologia da História*, em que o filho pergunta ao pai: “para que serve a história?” (BLOCH, 2001, p.41).

A proximidade daqueles anos e do significado que eles teriam para a história do Brasil, juntamente com as questões daquele dia não especificado de maio estampadas na parede da USP, alertariam qualquer um sobre a catatonia nacional em face dos arremates políticos que entrecortavam a conjuntura do país. Ainda sobre as questões, estas expressam as preocupações presentes na cabeça de José Honório, assim como a lembrança do historiador francês, que caminham ao pensamento de Rodrigues, entrelaçado na identidade do teórico e do historiador, a questionar sobre sua própria experiência profissional e sobre seu lugar de fala como historiador preocupado com questões candentes que dão possibilidade e sentido ao ofício da História.

Essa narrativa abre o posfácio da quinta edição de *Teoria da História do Brasil*, de 1978, e o que a torna interessante é que pelas duas questões elucidadas no início, José Honório apresenta modos de compreender o que entende por História ou historiografia. E, direciona um olhar, que possibilita uma perspectiva retrospectiva sobre o seu projeto de renovação dos estudos históricos no Brasil, que tem por fundamento a escritura de uma teoria, metodologia e história da História, que se iniciou há quase uma década, com a publicação, em 1949, de *Teoria da História do Brasil*.

As questões estampadas na parede e rememoradas por Rodrigues apontam uma motivação perturbadora e ao mesmo tempo provocativa, pois se perguntam sobre a finalidade de um conhecimento que não tem nenhuma pretensão de ser prático, mas reflexivo, e por consequência, acabam questionando o papel e a atividade universitária, como também a própria produção do conhecimento histórico em tempos de ditadura e repressão.

Nesse sentido, as questões aventadas por Rodrigues, sugerem modos de se perguntar pela finalidade de uma reflexão que toma como objeto o próprio fazer do conhecimento histórico, consistindo em refletir sobre os pressupostos que legitimam, autorizam e dão possibilidade a esse mesmo conhecimento, esteja a produção dele em tempos democráticos ou não. Finalidades epistemológicas da história que se convergem pelas questões que abrem meu texto, também remetem, e talvez, seja essa a necessidade de se escrever e pensar a história, principalmente na rememoração de tempos não democráticos, como os que vivemos, ao sentido político que a própria reflexão teórica e epistêmica do conhecimento histórico possui nos contornos de se pensar o estatuto desse mesmo conhecimento/saber e as inferências à realidade a qual o permitiu existir.

Iniciar com a alusão sobre as questões interrogativas rememoradas por José Honório, e que estampavam as paredes do prédio de História da USP em 1968, remete-me a um ato imaginativo e a uma tentativa compreensiva, os quais preparam modos de entrar na narrativa de *Teoria da História do Brasil*, e tentar, acima de tudo, compreendê-la. Essa atitude de compreensão de minha parte joga com dois desafios. De um lado, compreender a *economia textual*²

² Emprego do termo “economia textual” cumpre tanto na narrativa de minha dissertação, quando agora, uma certa “atitude” metodológica.

de *Teoria da História do Brasil* e sua historicidade; de outro, levantar os pontos fundamentais sem, no entanto, fugir às dessemelhanças de José Honório Rodrigues com meu lugar de fala. E, assim, pontualmente, objetivo nessa comunicação traçar os pontos que entendo por fundamentais em THB na compreensão do que possa significar a história como uma ciência hermenêutica ou da compreensão. Não é forçoso dizer que o exercício de retrospectão e reconstrução de argumentos que incide sobre a possibilidade de recompor a *economia textual* de THB, culmina na ideia de levar em conta os próprios termos e possibilidades do pensamento histórico e teórico de Rodrigues, suas maneiras de ser e possibilidades, e acima de tudo, parte de um exercício de “pensar com”, e não simplesmente traçar um “a partir de”. Ou seja, a distância que me separa de José Honório, é a própria necessidade da investigação teórica e historiográfica sobre a noção de *teoria da história*, a fim de traçar seus sentidos, usos e potencialidades em seu momento de aparecimento, mas acima de tudo, este tipo de investigação me leva a pensar que não há lugar sagrado quando falamos em produção do conhecimento, seja no âmbito que for, pois, a disciplina histórica, as teorias e metodologias, bem como todo o nosso arsenal epistemológico, é ele mesmo histórico e passível de desconstrução.

2.

Os enunciados que compõem *Teoria da História do Brasil*, e que inscrevem a possibilidade enunciativa do conceito de *teoria da história* em Rodrigues, sugerem uma mudança de atitude em relação à maneira de pensar, refletir e produzir o conhecimento histórico no Brasil, desde pelo menos a conjuntura historiográfica que perpassa a instituição do IHGB até o fim da primeira metade do século XX³.

Atribuo à “economia”, que acompanha o adjetivo “textual”, dois sentidos: ao primeiro, o de propriedade; seguido do de quantidade. Segundo Derrida, “por um lado, aquilo que concerne à lei da propriedade (*oikonomia*, a lei, *nomos*, daquilo que é próprio, apropriado a si, em casa [...]) e, por outro, à lei de quantidade: quando se fala em economia fala-se sempre em quantidade calculável” (DERRIDA, 2000, p.19). Inicialmente, essa questão da “economia”, construída por Derrida, está inscrita em sua reflexão a respeito da tradução. A lei da propriedade é a lei da transposição originária para um sentido outro, propriedade daquilo que lhe é próprio, e passa a ser transposto em outro, ou seja, transportado o sentido do próprio para o próprio de outro. Nesse caso, o “próprio de outro” é a síntese interpretativa que meu próprio texto oferecerá, interrogando e tomando como escopo analítico o conjunto textual de José Honório Rodrigues. Nesses termos, a aproximação desse esforço interpretativo, sintetizado pela compressão da “economia textual”, aproxima-se da operação de tradução referida por Derrida, uma vez que tradução, nessa chave de leitura, se apresenta como o modo relevante do sentido mais próximo ao original, ou pressupõe manter uma relação possível com o mesmo, “mesmo se for o sentido mais próximo de uma figura, de uma metáfora, de uma metonímia, de uma catacrese ou de uma indecível impropriedade” Idem, p.19. Assim, acredito que “economia textual” integra uma relação possível com o texto e ajuda com isso, colocar em suspenso o mesmo, a fim de manter com ele uma sintonia, sem cair em determinação de sentido/significado/intenção, ou mesmo assumir uma lógica determinante pela biografia da autoridade autorial. Com isso, “economia textual” pressupõe ainda, a relação, sempre difícil, mas necessária, por que integrante e imanente a textualidade do texto, entre leitura/escrita, tornando-se ela mesma, aqui, um imperativo heurístico. No entanto, é preciso esclarecer que essa relação possível pela analítica de uma economia textual, é ela mesma parte de um projeto de compreensão da leitura/escrita, pois segundo Derrida em *A Farmácia de Platão*: “Se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura é a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o é que une a leitura à escritura deve descosê-las. Seria preciso, pois, num só gesto, mas desdobrando, ler e escrever” (DERRIDA, 2005, p.8) [grifos meus e no original]. Esses traços da *escrita/leitura* possibilitam entrever uma “textura do texto”, ou “textualidade”, e sinalizam o próprio texto enquanto abertura ao seu jogo de complexidades, condições de possibilidades e regras de funcionamento (DERRIDA, 2005, p.8).

3 Do IHGB até a publicação *Teoria da História do Brasil*, um dos argumentos defendidos por mim no trabalho de mestrado, e que se concentra na primeira seção do terceiro capítulo, consistiu em apontar textos anteriores

A narratividade presente em THB é fruto de um trabalho intelectual e de compilação, chamado de *teoria da história*, pois aponta a natureza de seu fim: aos historiadores cabem as “reflexões epistemológicas”, de “filosofia da história” e “metodologia da história”, pois são partícipes de uma mesma operação que define, não só o trabalho historiográfico, mas principalmente as tópicas fundamentais que enredam um sentido à teoria da história, e também, de modo articulatório constituem na projeção de uma “identidade” do ser historiador ou historiadora.

Isso remete à ideia de que THB pode ser compreendido como uma narrativa em face de seu caráter ensaístico perante os pressupostos fundamentais da produção do conhecimento histórico e de seu tom de “manual”, na defesa da disciplinarização da história, ao mesmo tempo, em que apresentava o programa de constituição disciplinar da História no Brasil. Logo, essa “disciplinarização” ou, a própria definição disciplinar da História enquanto campo autônomo de estudos e com regras próprias de funcionamento integra a *economia textual* de THB, e permite lê-la pelo ponto articulatório que faz do conceito de *teoria da história* o entrelaçamento reflexivo das três séries discursivas mencionadas acima.

ao de THB, que tratavam de modo disperso o que em Rodrigues apareceria engendrado sobre o nome de teoria da história. Nesse sentido, os textos por mim trabalhados podem ser agrupados de modo sistemático do seguinte modo: ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. Quais os meios de que se deve lançar mãos para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. BEZERRA, Alcides. Os Historiadores do Brasil no século XIX. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. BOMFIM, Manoel. Os que fizeram a história do Brasil. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. ROMERO, Silvio. Interpretações filosóficas as na evolução dos fatos históricos. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito de história. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. ROCHA POMBO, José da. Prefácio à História do Brasil, Ilustrada. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. O valor pragmático do estudo do passado. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. TAUNAY, Afonso. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. In: NICOLAZZI, F. História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015. DE HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sergio Buarque de Holanda, revisitados. São Paulo. Revista IEB, nº50, 2010, p. 27-78. A esse respeito, ainda, ver: SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949). [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p.140-168.

A partir da análise da composição textual de THB, assim como dos elementos que estruturam a economia de sua narrativa, tentarei esclarecer essas questões por ora levantadas. As interrogações que motivam a leitura que pretendo desenvolver nessas páginas são as seguintes: o que José Honório, a partir de THB, compreendia pelo exercício reflexivo da História? No que inferiria a definição da *teoria da história* na constituição epistemológica do conhecimento histórico? Qual era o potencial teórico da noção de *teoria da história* na definição da prática historiográfica?

Em seu prefácio à primeira edição, Rodrigues elucidava seus objetivos, anseios e crenças:

Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do *estudante com os grandes e pequenos mestres*, ou seja, um curso de historiografia tal como existe na grande maioria das universidades europeias, norte-americanas e argentinas. Foi sentindo esta necessidade que esboçamos, no curso, a *historiografia brasileira*, que constituirá outro livro, pois seria impossível, pela extensão deste, incluí-la aqui. *Esta Teoria representa uma primeira tentativa do autor no sentido de anteder a esses objetivos* (RODRIGUES, 1949, p.14).

O que chama a atenção, de início, é o modo como está estruturado, na economia do seu texto, a partir dessa afirmação inicial, o argumento das reflexões que comporão a narrativa como um todo. A relação autor/obra, um *a priori* justificativo do trabalho de constituir um rol de autores que legitimem, ou mesmo autorizem o cânone disciplinar que se esboçará na sequência, pode ser sentido na necessidade, proclamada por Rodrigues, do estudo dos mestres da historiografia. A constituição de uma memória da disciplina impõe-se, e a sua composição tem como princípio a autorização dos enunciados que apresentarão os pressupostos gerais e definidores das fronteiras da disciplina da história.

Paralelas a essa intenção a respeito da autoria/autoridade da história, as tarefas do ensino universitário – outro horizonte que se quer atingir em THB –, estariam versadas sobre um imperativo que aos estudantes e professores de História seria indispensável refletir sobre o modo como se investiga, como se manejam as fontes, os métodos e a crítica documental. Logo, ensino universitário da história deveria sanar a lacuna da profissionalização do historiador, um caminho pelo qual a reflexão e investigação teórica da história seria imprescindível. Um pressuposto de todo o trabalho e definição estatutária do saber acadêmico e disciplinar da história.

Abrindo THB com o questionário a respeito do significado da História, e dos estudos históricos, José Honório parte para a definição do valor e utilidade da história. Em relação ao valor ou valores da história, filósofos da história e historiadores assumiram inúmeras posições, sustenta (RODRIGUES, 1949, p.15). Para uns, ela é puramente educativa – opinião de Macaulay Trevelyan – para outros, sua finalidade está em tentar compreender o homem e explicá-lo em face do presente, posição que Rodrigues assume já nos anos que antecedem

a publicação de THB, seguindo suas referências ao historicismo. A tradição autoriza o argumento, onde Dilthey, Croce, Troeltsch, Collingwood, Cassirer e Ortega y Gasset são reivindicados pela economia do texto em THB, e indicam as posições de Rodrigues (RODRIGUES, 1949, p.15).

Assim, a posição defendida por José Honório, como historiador e teórico da história, segue na compreensão do campo das ciências humanas, e da história em específico, como um conhecimento interpretativo que tem seu ponto alto de realização na compreensão do mundo social, histórico e cultural. Dentro dessa orientação compreensiva e interpretativa da história, é justamente a experiência total da vida de um povo – do povo brasileiro – que se deve ter como horizonte do trabalho histórico em *Teoria da História do Brasil*, sendo que toda a investigação trabalha tacitamente para e com o presente, e é em face de compreendê-lo que o historiador se lança aos meandros do pretérito. Se a História teria uma finalidade, na compreensão de Rodrigues e do panteão de autores que se vincula, afirma: “a consciência de si própria como uma ciência orgânica dotada de significação definitiva para o todo do nosso conhecimento” (RODRIGUES, 1949, p.17). Portanto, a atitude compreensiva de Rodrigues tem o intuito de responder ao presente. A História facilitaria o presente, afirma (RODRIGUES, 1949, p.17). De e para o presente, o estudo do passado, através de uma atitude hermenêutica, faz de Rodrigues um historiador que tem em vista, pelas próprias ferramentas que levanta à reflexão teórica, consciente de certa tarefa da história como ciência hermenêutica de inferir sobre a realidade da qual lhe dá possibilidade e é partícipe.

O estudo da história torna-se não apenas um instrumento de cultura intelectual, mas um meio de preparar-se para compreender e tolerar a variedade dos usos e costumes e das transformações da sociedade, familiarizando-se com diferentes formas de convívio social. O conhecimento histórico inscreve, nessa acepção, seu caráter compreensivo, por um entendimento de representações dos fatos particulares, vistos como acontecimentos, uma vez que pela História se faz a descoberta da realidade que se passou. Uma análise, nas palavras de José Honório, “do nascimento das coisas” (RODRIGUES, 1949, p.18). Porém, essa “autoridade compreensiva” que defende ao conhecimento histórico não determinaria uma representação do passado antecipada pelo presente? Não ficaria o historiador preso às imagens que projeta, não compreendendo nem o passado, e, tão menos, o presente? Em síntese, qual o sentido da operação que promove a “compreensão” na concepção teórica sustentado por Rodrigues?

Contrário à posição que circunscreve a função da história, enquanto um conhecimento com um fim moral, extrair lições do passado não se encontra na pauta dos historiadores. Para Rodrigues é sobre o processo histórico, e ao devir do tempo, compreendendo os acontecimentos como fatos particulares e irreversíveis que a operação da compreensão deverá estar acoplada. Impossibilitados por um movimento de crença, afirmará o historiador carioca, em um tom de direcionamento: “[...] adquirir a compreensão do presente segundo o passado, onde buscaremos não só o idêntico, que responde a nossas próprias soluções atuais, a nossa atualidade, como o contraste, o totalmente estranho, o novo, que é a contribuição do presente” (RODRIGUES, 1949, p.18).

Logo, o passado é compreendido pela ruptura que instaura ao presente, lugar da ação do pensamento. O exercício da ação compreensiva está comensurado no e sobre o tempo. O ato de compreender é um exercício reflexivo que toma como horizonte o próprio tempo e sua dinâmica, entre movimento e devir de um momento que irrompe como a disparidade da presença que já não é, mas foi.

Portanto, o ato de compreender ao qual José Honório considera como fundamental do trabalho do historiador é sustentado na constituição de demarcar a diferença entre, de um lado, o presente como o tempo da escrita da história e, de outro, o passado, conteúdo do objeto histórico. Essa relação está pressuposta por um conceito de tempo que estrutura o trabalho historiográfico.

Martin Heidegger em *El concepto de tiempo en la ciencia histórica*, lição de 1915, em Friburgo, indica alguns caminhos no entrelaçamento entre a ação compreensiva e o conceito de tempo que estrutura o conhecimento histórico. Estabelecer um paralelo entre as posições de Heidegger e José Honório Rodrigues, apesar de suas diferenças regionais e de época, esclarece a respeito do conceito de tempo na construção do objeto da história. Apesar das diferenças, as aproximações entre ambos são latentes, e as considerações de Heidegger funcionam ao projeto de Rodrigues, uma vez da similaridade das referências e tradições intelectuais que ambos se vinculam, ou seja, o historicismo alemão.

Nesse sentido, o conceito de tempo que embasa epistemologicamente o conhecimento histórico estabelece uma relação de ordenação de posições com respeito aos acontecimentos que devem estar assinalados em um determinado lugar no tempo, fixados historicamente (HEIDEGGER, 2009, p.27). A metáfora de lugar ao tempo significa-o como um espaço de posições, que gera ao conceito de tempo, ao menos do ponto de vista do conhecimento histórico, um problema, para Heidegger. Em suas palavras: “De ahí se tenga sentido y esté justificado preguntarse por la estructura del concepto histórico de tiempo. Esta estructura la podemos reconocer sólo por la función que compele en la ciencia histórica; una función que, a su vez, sólo resulta comprensible a partir de la meta y el objeto de la ciencia histórico” (HEIDEGGER, 2009, p.28).

Abarcar a estrutura do conceito de tempo está em direta relação com a estrutura do conceito de objeto histórico, seus fins e sentidos na operação que sustenta a história enquanto conhecimento, e mais, como conhecimento hermeneuticamente compreendido. O conhecimento histórico teria por objetivo, em meio ao seu objeto, o estudo do homem, não em um sentido biológico, mas atrelado a um sentido coletivo, cultural, através do qual suas produções espirituais e subjetivas desenvolvem-se como produção cultural no e pelo tempo. Nas palavras de Heidegger: Esta producción cultural – elaborada por el hombre en el interior y em conjunción con las asociaciones y organizaciones (Estado) por él creadas – encarna, em última instancia, *la objetivación del espíritu humano* (HEIDEGGER, 2009, p.30).

Os historiadores, na acepção de Heidegger, tal qual o exemplo de Rodrigues, não se interessam pelas objetivações totais do espírito humano, mas sim pelos efeitos reais e efetivos que lançam uma relação de produtividade dos acontecimentos e os marcam em um espaço

temporal. O devir, nesse sentido, seria o próprio movimento que emana da demarcação do tempo, como tempo histórico. Essa relação que coloca, de um lado, a objetivação do espírito humano e, de outro, seus efeitos, marca um corpo ao tempo, em que a metáfora de lugar, como um espaço do tempo, opera em sua dimensão de demarcar posições. Essa mesma relação só é possível por dois movimentos centrais: primeiro, o reconhecimento do tempo da ação, ou melhor, o presente como o tempo da compreensão. E em segundo, a construção do objeto em uma relação de entrelaçamento pela perspectiva que a possibilita, isto é, por um ponto de vista (HEIDEGGER, 2009, p.30).

Com isso, Heidegger atinge o ponto central do seu argumento, a estrutura do conceito de tempo que embasa e possibilita o conhecimento histórico. Uma vez que o objeto histórico está entrelaçado por meio de uma distância, ou seja, o historiador ao constituir um dado objeto, e esse sempre em relação de interesse (ponto de vista), e ao colocá-lo em uma perspectiva histórica, joga com o conceito de tempo a fim de pressupor, que de um lado, esse dado objeto já não existe enquanto presença, apontando essa ausência do objeto enquanto uma relação sempre de passado (em um sentido estrito, ele não existe mais), e de outro, esse objeto atinge um marco de alteridade, uma vez que enquanto interesse do historiador, indica uma experiência que se esgotou e que é diferente ao presente da investigação. Nas palavras de Heidegger:

Como se ve, el tiempo tiene en la historia un significado realmente original. Sólo cuando esta diferencia cualitativa de tiempos pasados se abre paso em la consciencia del presente, se despierta el sentido histórico. En la medida en que el pasado histórico es siempre um conjunto diferente de objetivaciones de la vida humana – y nosotros mismo vivimos en uma de essas objetivaciones y creamos uma semejante –, existe de entrada la posibilidad de comprender el pasado, pues éste no poder ser algo incomparablemente diferente. Con todo, persiste el abismo temporal entre el historiador e su objeto. Y si el historiador desea representarse esse abismo, debe tener de alguna manera el objeto delante de sí. Se trata de superar el tiempo, de traspasar el abismo temporal para submergir en el pasado desde el presente. La exigencia de esta superación del tiempo y de la descripción del pasado – uma exigencia necesariamente implícita em la meta y objeto que persigue la ciencia histórica – será solo posible, además, el tiempo mismo entra de alguna maneira em funcionamiento (HEIDEGGER, 2009, p.31).

O funcionamento do conceito de tempo integra uma relação de consciência. Essa relação de consciência abre um abismo, uma vez da diferença do passado histórico com o presente do historiador. E nesse caso, joga com uma ambivalência, pois as mesmas relações de objetivação que produziram um passado produzem o presente. O que diferencia são os acontecimentos, enquanto forma, e seus conteúdos, que dão sentido às posições no espaço do

tempo. Portanto, a operação de compreensão, pressuposta pela consciência do funcionamento do conceito de tempo leva a intuir sobre a historicidade da vida e ação humana.

A operação que justifica a compreensão na justaposição do conhecimento histórico com o conhecido da história, e por fim, sua diferença em uma dinâmica temporal abre espaço para que se atinja a historicidade do mundo histórico⁴. Uma vez que o mesmo processo que fabrica objetivações de um presente do passado, é o pressuposto que faz do presente um lugar de diferença. Essa diferença é pressuposto básico da constituição do objeto histórico.

No entanto, a consciência do abismo temporal entre passado e presente, e sua tentativa de superação, conjectura o funcionamento do conceito de tempo em relação ao conhecimento histórico, concretizando-se pela compreensão da historicidade do passado, em detrimento da demarcação e abertura do próprio presente. Logo, a ação compreensiva abre o presente do historiador, ou o presente da compreensão, a fim de demarcar o lugar das coisas (acontecimentos, eventos, processos históricos e etc.) no tempo.

Conquanto, em Rodrigues a prática historiografia teria ainda outro fim na construção das imagens do passado. Se o passado histórico está em uma relação de diferença, e o presente necessita dessa diferença para que se imponha enquanto lugar de investigação, ao historiador – segundo a interpretação que desenvolvo de Rodrigues –, compete por meio da operação da compreensão tentar sanar essa diferença, aproximando o presente do passado por meio da constituição de uma perspectiva de continuidade do processo histórico. Nesse sentido, a continuidade histórica, teria em Rodrigues, visto o funcionamento do conceito de tempo que estrutura a operação histórica, o fim de transpor o abismo temporal que Heidegger enuncia.

O ponto de vista de José Honório está sustentado pela ideia de continuidade do processo histórico. A continuidade para Rodrigues é o que considera como o permanente na mudança (RODRIGUES, 1949, p.19). Em suma, a compreensão, para José Honório, em meio as suas possibilidades, ganha uma sobreposição de sentido, que em sua leitura, a história estaria somente a serviço do idêntico na mudança, obscurecendo e silenciando o contrário, a mudança em face do permanente, ou seja, a descontinuidade. Nesses termos, José Honório ainda alia à ideia de continuidade, como o fim da operação histórica, o recurso necessário para o historiador atingir a compreensão da cultura histórica.

4 Sobre a relação em Heidegger, e que funciona de modo sintomático ao problema tratado é desenvolvida por Hans-Georg Gadamer em *O problema da Consciência Histórica*. Para Gadamer, interrogando Heidegger, o conhecimento histórico é um *mensuratio ad rem*, ou seja, nada de algo constatável, ou mensurável instrumentalmente, seu modo de ser próprio, ao contrário, é aquele do ser-aí humano. Nas palavras de Gadamer: “[...] não significa, de modo algum, que o conhecimento e o que é conhecido tenham um modo de ser simplesmente homogêneo, e que o “método” das ciências humanas funda-se sobre tal homogeneidade. Isto faria da teoria da história uma psicologia. A relação comum entre o conhecimento e o conhecido, esse tipo de pertencimento que os une um ao outro, não se funda sobre a equivalência de seus modos de ser, mas sobre o que é o seu modo de ser. Isto significa que nem o conhecimento nem o conhecido são “onticamente”, e simplesmente “subsistentes”, mas “históricos”, quer dizer, eles são o modo de ser da historicidade. Com efeito, para Heidegger, o fato de só podermos falar da história por sermos nós mesmos seres históricos significa que é a historicidade do ser-aí humano em seu movimento incessante de expectativa e esquecimento, que permite o retorno do passado à vida”. (GADAMER, 2003, p.43) [Grifos meus].

Cultura histórica seria necessária não só para a vida da ciência, mas também para a vida política e moral. Sua ausência ou deficiência indicaria um empobrecimento, uma tendência à inação, ou seja, cultura histórica em THB é entendida como a consciência da historicidade da cultura, e o sentido social que esta indica, estando a compreensão da sociedade em seu sentido político subscrito do plano individual ao coletivo de uma nação. É o “sentido” da vida humana em termos de sua historicidade. É o reconhecimento de que tudo o que é humano é histórico. Em suas palavras:

Assim como nos libertamos de nossos problemas estudando-os em suas origens e desenvolvimentos, assim também, conhecendo a historiografia agimos e atuamos melhor. **A boa obra da historiografia seria então, segundo Croce, libertar-nos do passado.** A história serve à vida e à ação. Um homem ensombrado de angústia perde sua atividade; um povo conhecedor do seu passado atua esclarecido, sem problemas, sem dúvidas e sem hesitações (RODRIGUES, 1949, p. 20).

Portanto, o sentido e a função da historiografia, enquanto escrita do presente, consciente de sua inserção em uma cultura histórica e a serviço dela, recobra esclarecimentos do presente somente para que este marque posição em face do passado e da possibilidade ao futuro, libertando-se do primeiro, em virtude da abertura do segundo. O estudo da história e de sua materialidade, a obra histórica, para Rodrigues, cumpre um fim, que é atingir um potencial de lucidez, perante si próprio em relação ao mundo histórico e a cultura histórica que faz parte.

3.

A título de considerações é possível traçar alguns pontos gerais sobre o que foi exposto até aqui. Essa atitude do historiador em relação aos problemas do presente converge na “utilidade” e “funcionalidade” da história, para Honório Rodrigues. Atitude que deve recobrar principalmente os momentos de “crise”, uma vez que estes momentos forçariam do historiador respostas. No entanto, é generalizável para toda e qualquer situação, uma vez que por essa chave de leitura, fica compreendido que os historiadores e historiadoras como seres contingentes, pensam e partem dessa mesma contingência e de seu caráter problemático ao estudo do passado, e em dupla relação, do presente. Logo, o caráter contingente dos historiadores, e da historiografia, é parte integrante da problematicidade dos problemas tratados, e estampam os respectivos sentidos, formas, imagens do passado de determinadas historiografias, que são, por decorrência, eminentemente contingenciadas.

Em suma, consciência histórica e compreensão são dois elementos indissociáveis da *teoria da história* de Rodrigues. A compreensão abre a consciência sobre o movimento histórico do mundo social. Essa relação consciente está determinada pelo esclarecimento da objetivação do passado e do presente. A funcionalidade do conhecimento histórico, pelo ponto de vista da consciência histórica, repercute ao sentido histórico, de que tudo o que toca as coisas humanas é histórico e pode ser compreendido historicamente.

Aos historiadores, no entanto, Rodrigues prescreve um sentido ativo no que diz respeito ao entrelaçamento da cultura histórica e consciência histórica, um “efeito prático” do conhecimento histórico, uma vez que se toda história atenta ao presente, se constitui como história contemporânea, e traz consigo os combates da atualidade dos historiadores e historiadoras. Sobre esse sentido combatente, ou de tomada de posição, assevera Rodrigues: “para combater é preciso ter confiança na causa que se defende, e essa confiança têm suas raízes no passado histórico” (RODRIGUES, 1949, p.23).

O que apresentei nessas páginas é uma parte de minhas investigações em torno da noção de teoria da história em José H. Rodrigues. Uma pequena súpula do que o mesmo compreendia pela História, e pela produção do conhecimento histórico como hermenêutica, e do papel da compreensão, com suas devidas implicações epistemológicas na produção do conhecimento histórico.

Muitos outros aspectos ficaram de fora, pela própria economia de espaço que esse tipo de texto requer. No entanto, e conforme apresentado nessas páginas, é possível dizer, em tons gerais, que a noção de *teoria da história* em *Teoria da História do Brasil* contém enunciados analíticos (sobre a própria história ou história das respectivas áreas e subáreas da história) e propositivos (a respeito do campo, da disciplina e do fazer historiográfico), e que estes culminam em uma garantia disciplinar para o conhecimento histórico, pois convergem, nos aspectos teóricos que pertencem às opções subjetivas da concepção de mundo de cada historiador, como a própria epígrafe que abre essas reflexões possibilita perceber; mas, por outro lado, alia a essas opções contingentes a reivindicação da necessidade de uma base comum ao trabalho historiográfico, isto é, a formação de uma identidade própria e definidora da prática historiográfica, sustentada por um vocabulário metodológico, filosófico e teórico que impõe regras claras de funcionamento para o campo do conhecimento histórico ou historiográfico brasileiro.

REFERÊNCIAS:

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “Relevante”. *Alfa*, São Paulo, nº44, p.13-44, 2000..
- _____. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. El Concepto de tempo en la ciencia histórica. In; *Tiempo e historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- _____. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ª ed. acrescida de um posfácio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).